

Empresa fez lista de parlamentares para 94

A Odebrecht fez uma lista de parlamentares que pretendia apoiar nas eleições de 1994. O documento "Apoio Político — Nordeste", que foi discutido em reunião realizada dia 28 de setembro de 1993, afirma que a empresa terá de participar da campanha nos estados onde tem obras, com o objetivo de "priorizar nossos projetos em andamento e que terão continuidade no próximo governo" e "dar liquidez aos nossos créditos futuros e passados".

A orientação da Odebrecht é contribuir para a campanha dos candidatos da situação, acrescentando que "o apoio passa pela liquidez de nossos créditos". A empresa também fala em apoiar candidatos da oposição, mas com a recomendação: "Apenas aqueles

em que confiamos, levando-se em conta grau de risco da vitória e definição clara de nossos interesses futuros".

O primeiro caso concreto descrito no documento se refere à eleição em Pernambuco. Sobre isso, está escrito: "No momento temos o pedido de M. Arraes (seria o deputado Miguel Arraes, candidato a governador), que está com a campanha na rua e diz estar precisando de apoio mensal até janeiro. O orçamento mensal da despesa é de US\$ 30.000 e pede uma parte deste total".

O apoio a deputados e senadores se dá em função de uma classificação por grupos. O grupo 1 é o de "amigos que nos apoiam em CPIs, projetos, emendas, sem cobrar e esperam

por apoio nas eleições". Neste caso estão: o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão, senador pelo PFL do Piauí; o relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE); os senadores Lavoisier Maia (PDT-RN), Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Marco Maciel (PFL-PE); os deputados Flávio Rocha (PL-RN), João Faustino (PSDB-RN), Jesus Tajra (PFL-PI), José Múcio (PFL-PE), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Salatiel Carvalho (PP-PE), Roberto França (PSB-PE), Francisco Evangelista (PFL-PB), Evaldo Gonçalves (PFL-PB) e José Clerot (PMDB-PB).

O grupo 2 é formado pelos parlamentares que ocupam postos-chaves, dos quais a empreiteira deveria apro-

ximar-se. Estão nesta lista o líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), o presidente da Comissão de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), o líder do PPR na Câmara, deputado José Luís Maia (PI), os senadores Guilherme Palmeira (PFL-AL) e Teotônio Vilela (PSDB-AL), e o relator do DNOCS, deputado Efraim Morais (PFL-PB).

Há ainda um terceiro grupo, de oposição, onde estão catalogados os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Neste caso a empresa considera que há "necessidade de composição com alguns".